

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

Demonstrações financeiras
em 30 de junho 2025

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

BBVA no Brasil

Em 2025, o BBVA deu início à concretização de seu plano de ampliação da atuação no Brasil com o estabelecimento de uma operação local dedicada ao segmento de banco de investimento, sediada em São Paulo. Essa iniciativa marca uma nova etapa estratégica na presença do Grupo no país, com foco na expansão das atividades voltadas ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. A autorização do Banco Central para o aporte de capital, que elevou a base para cerca de R\$ 1 bilhão, foi um passo decisivo para viabilizar essa implantação.

A operação local foi estruturada com uma equipe altamente qualificada, composta por profissionais com sólida experiência no mercado financeiro nacional.

O BBVA Brasil nasce com forte alinhamento às diretrizes globais do Grupo, especialmente no que se refere à governança, digitalização e sustentabilidade. A meta é consolidar o banco como referência no segmento corporativo da região, oferecendo soluções integradas e sustentáveis para empresas em processo de internacionalização, expansão ou transição energética.

O plano de crescimento para os próximos anos contempla a ampliação gradual da oferta de produtos, o fortalecimento da equipe local e a construção de uma presença institucional sólida e de longo prazo. O BBVA reafirma, assim, seu compromisso com o desenvolvimento econômico e sustentável do Brasil.

São Paulo, 16 de setembro de 2025

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e administradores da
BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam



Shape the future
with confidence

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Banco.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Banco, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada', written in a cursive style.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	06.2025	PASSIVO	Nota	06.2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	496.897	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	5a	109.639
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	5a	107.689	Obrigações por Empréstimo	13a	109.639
Operações de Crédito		109.775	Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	5a	4
(Provisão para Perda Esperada)		(2.086)	Operações de Câmbio	5a	4
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes	5a	581.678	Outros Passivos	8	24.537
Títulos e Valores Mobiliários		581.678	Passivo Arrendamento	6	8.949
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado	5a	4.413	TOTAL DO PASSIVO		143.129
Títulos e Valores Mobiliários		4.411			
Operações de Câmbio		2	Capital Social	9a	1.084.892
Outros Ativos	8	9.242	Reservas de Capital		16.202
Ativo Permanente	7	37.235	Outros Resultados Abrangentes		(57)
Ativo Imobilizado		11.535	Lucros/(Prejuízo) acumulados		(7.012)
Ativo Arrendamento		8.534	Total do Patrimônio Líquido		1.094.025
Ativo Intangível		17.166			
TOTAL DO ATIVO		1.237.154	TOTAL DO PASSIVO E PL		1.237.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados - Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	06.2025
Receita de Intermediação Financeira		47.538
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez		275
Receita de aplicações voluntárias no Banco Central		10.949
Receita com títulos e valores mobiliários		35.668
Rendas de outras operações com característica de crédito		646
Despesas de Intermediação Financeira		570
Despesa de títulos e valores mobiliários		4
Despesa de câmbio		4
Despesas com repasses e empréstimos		562
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	5d	46.968
Provisão para Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		(1.835)
Resultado Perda esperada		(1.835)
Resultado da Intermediação Financeira Líquido		45.133
Outras (Receitas) Despesas Operacionais		(59.361)
Despesas de arrendamento	6	(613)
Despesas administrativas	12b	(10.469)
Despesas de pessoal	12a	(38.302)
Resultado variação cambial	14b	526
Tributos	12c	(7.553)
Despesas de depreciação e amortização	7	(2.415)
Outras receitas (despesas) operacionais	12d	(535)
Resultado Operacional		(14.228)
Resultado Antes da Tributação		(14.228)
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	-
Imposto corrente	11a	-
Imposto diferido	11b	-
Prejuízo Líquido do Semestre		(14.228)
Prejuízo por lote de mil Ações - R\$		(16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados abrangentes – Semestre findo em 30 de junho de 2025*(Em milhares de Reais)*

	<u>06.2025</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/semestre	<u>(14.228)</u>
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	
Valor justo de títulos em outros resultados abrangentes (LFT)	(1.121)
Impostos diferidos sobre valor justo	512
Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	(609)
Total dos resultados abrangentes do exercício/semestre líquido dos impostos	<u>(14.837)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		56.229	4.228	19.439	552	-	80.448
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(609)	-	(609)
Preuízo do semestre		-	-	-	-	(14.228)	(14.228)
Aumento de Capital	9a	1.028.663	-	-	-	-	1.028.663
Ajuste adoção Res. CMN 4.966		-	-	(249)	-	-	(249)
Destinações:							
Absorção de lucros (prejuízos) acumulados		-	-	(14.228)	-	14.228	-
Saldos em 30 de junho de 2025		1.084.892	4.228	4.962	(57)	-	1.094.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa indireto – Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>06.2025</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(14.228)
Ajustes ao lucro líquido		2.169
Depreciação/amortização	7	2.415
Ajuste a valor de mercado - TVM		(609)
Juros de Arrendamento		613
Reversão de ajuste Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(250)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado		(12.059)
Variação em Ativos Operacionais – (Aumento)/Diminuição		(606.559)
Títulos e valores mobiliários		(503.421)
Instrumentos financeiros derivativos		(2)
Outros ativos		(103.136)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		117.660
Instrumentos financeiros derivativos		4
Obrigações por empréstimos e repasses		117.975
Sociais e estatutárias		(13.562)
Contas a pagar		(4.051)
Fiscais e previdenciárias		1.418
Provisões trabalhistas		13.593
Provisão diversas		2.283
Caixa líquido gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais		(488.899)
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Alienação (Aquisição) de ativo permanente		(30.961)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30.961)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em dinheiro		1.028.663
Aumento redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		496.743
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	(154)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	496.897
Aumento (redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa		496.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. sediado em São Paulo, na rua Campos Bicudo, 98 (“Banco”), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria – BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, podendo praticar todas operações ativas, passivas e acessórias conforme disposições legais e regulamentares vigentes.

2 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021, Resolução BCB nº 352/2023 e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20 e foram elaboradas e ajustadas para refletir a mensuração de ativos financeiros a custo amortizado, valor justo no resultado e ou valor justo em outros resultados abrangentes, bem como certos ativos e passivos financeiros, a valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 16 de setembro de 2025.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais.

d. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, foi identificada contabilização incorreta de ativos (imobilizado e intangível) como despesa no exercício de 2024. O erro foi corrigido de forma retroativa, com ajuste direto em Lucros ou Prejuízos Acumulados, sem impacto no resultado do exercício corrente.

Os efeitos da reapresentação impactaram as seguintes rubricas:

Aumento do Ativo Não Circulante nas contas de Imobilizado e Intangível;
Redução proporcional das Despesas Operacionais reconhecidas nos períodos anteriores;

Ajuste de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, refletindo a correção do erro sem transitar pelo resultado do exercício atual.

A conciliação entre os saldos anteriormente publicados e os saldos reapresentados foram os seguintes:

	Exercício 2024 Anteriormente apresentado	Reclassificação	Exercício 2024 Reapresentação
Ativo Permanente	1.222	7.467	8.689
Ativo Imobilizado	1.222	814	2.036
Ativo Intangível	-	6.653	6.653
	Exercício 2024 Anteriormente apresentado	Reclassificação	Exercício 2024 Reapresentação
Demonstração do Resultado do Exercício			
Despesas administrativas	(18.011)	7.467	(10.544)
Resultado Líquido	(44.980)	7.467	(37.513)
	Exercício 2024 Anteriormente apresentado	Reclassificação	Exercício 2024 Reapresentação
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	11.972	7.467	19.439
Reserva de Lucros – Outras	11.972	7.467	19.439

Conforme disposto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensadas da apresentação comparativa das demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. A Diretoria optou por não apresentar os saldos comparativos em 30 de junho de 2025, conforme disposto no artigo anteriormente mencionado.

3 Políticas contábeis significativas

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e depósito voluntário no Banco Central que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Banco, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial.

d. Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados conforme o modelo de negócios e a natureza dos fluxos de caixa contratuais, conforme Resolução CMN 4.966/21:

Custo Amortizado: ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais.

Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos com objetivo dual (fluxos e venda).

Valor Justo por Resultado (VJR): ativos não elegíveis às categorias anteriores ou designados para mitigar inconsistências contábeis.

Os passivos financeiros são geralmente mensurados ao custo amortizado, exceto derivativos e instrumentos designados ao valor justo.

• **Crítérios para mensuração do valor de mercado**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a resolução 4.924/2021 do BACEN.

Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

e. Provisão para Perdas Esperadas associada ao risco de crédito (Expected Credit Loss - ECL)

A provisão para perdas esperadas é constituída com base na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023, que regulamentam o tratamento contábil das perdas associadas ao risco de crédito. Tais normas são aplicáveis às instituições financeiras em função do seu porte e complexidade.

O Banco está enquadrado no Segmento S4, conforme critérios de segmentação prudencial estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, e, nos termos do Art. 50 da Resolução CMN nº 4.966/2021, optou pela aplicação da Metodologia Simplificada para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito

Adicionalmente, o Banco estima, juntamente com o BBVA S.A. a perda esperada em suas exposições a risco de crédito. Se necessário, o Banco constitui provisões suplementares àquelas apuradas pela

aplicação da Metodologia Simplificada, nos casos em que as provisões mínimas não forem consideradas suficientes para cobrir a totalidade das perdas esperadas.

f. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. Em 30 de junho de 2025 o Banco não possuía ativos e passivos não circulantes.

g. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação.

- **Obrigações legais:** referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h. Ativos Imobilizados

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por “impairment”, quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

i. Ativos intangíveis

As licenças de uso de software são registradas como ativo intangível quando:

- (i) são identificáveis e separáveis;
- (ii) a Instituição detém o controle sobre os benefícios econômicos futuros; e
- (iii) é provável que gerarão benefícios econômicos futuros.

O reconhecimento inicial ocorre pelo custo de aquisição, acrescido dos gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso. Custos de treinamento, manutenção, suporte e outros de natureza administrativa são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A amortização é realizada pelo método linear, considerando a vida útil definida estimada para cada licença, a qual é revista ao menos anualmente. Para ativos com vida útil indefinida (quando aplicável), não é registrada amortização, mas realiza-se teste de recuperabilidade ao menos uma vez por ano.

j. Arrendamentos

No reconhecimento inicial foi registrado na rubrica de passivos de arrendamento o valor correspondente ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida aos Ativos de Direitos de Uso que são amortizados de forma linear pelo prazo do arrendamento. A despesa financeira é correspondente aos juros do passivo de arrendamento. Os contratos de arrendamento referem-se à locação de imóveis para uso em operações pelo Banco em São Paulo.

k. Imposto de renda e contribuição social

A Lei nº 14.467/2022, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabeleceu novos critérios para dedutibilidade de perdas com créditos inadimplidos, aplicando fatores fixos a operações com atraso superior a 90 dias. Posteriormente, a Lei nº 15.078/2024 definiu que as perdas incorridas até 31 de dezembro de 2024 e não deduzidas até essa data (“estoque”) somente poderão ser deduzidas a partir de janeiro de 2026, à razão de 1/84 ou 1/120 avos mensais, conforme o prazo da operação.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco não apresentava saldo de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) constituído, motivo pelo qual não haverá estoque a ser amortizado nos termos da Lei nº 15.078/2024.

As provisões para tributos diretos sobre o lucro foram constituídas considerando as seguintes alíquotas vigentes:

Encargo	Alíquota (%)
Imposto de Renda (IRPJ)	15,00
Adicional de IRPJ (> R\$ 20 mil/mês)	10,00
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	20,00

A alíquota da CSLL sofreu alterações ao longo dos últimos anos, sendo fixada em 20% desde janeiro de 2023, conforme legislação vigente.

Tributos incidentes sobre a receita bruta são reconhecidos separadamente como despesas tributárias, destacando-se: PIS (0,65%) e COFINS (4,00%).

A reconciliação entre o resultado contábil e a despesa de IRPJ/CSLL encontra-se apresentada na nota específica de reconciliação fiscal.

l. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este último, não há a necessidade de sua constituição por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente.

m. Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações de investimento, administração de carteira de valores mobiliários, fundos de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo líquido do Banco no 1º semestre de 2025, no montante de R\$ 14.228, inclui o montante de R\$ 92 decorrente de resultados não recorrentes.

4 Componentes de caixa e equivalente caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	06.2025
Moeda Nacional	4
Moeda Estrangeira	293
Depósito voluntário Bacen	496.600
Total	496.897

5 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados e compostos conforme demonstrado abaixo:

5a. Composição e classificação

	06.2025				
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes	Ativos/passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Letra financeira do tesouro - LFT	-	581.678	-	-	581.678
Cotas de fundo de investimento	-	-	4.411	-	4.411
Operações de câmbio	-	-	2	-	2
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	109.775	-	-	-	109.775
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(2.086)	-	-	-	(2.086)
Total de Ativos	107.689	581.678	4.413	-	693.780
Empréstimo no exterior	-	-	-	109.639	109.639
Operações de câmbio	-	-	4	-	4
Total de Passivos	-	-	4	109.639	109.643

5b. Mensuração dos ativos financeiros a valor justo

	06.2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Letras Financeiras do Tesouro -VJORA	581.678	-	-	581.678
Cotas de Fundo de investimento- VJR	-	4.411	-	4.411
Operações de câmbio - VJR	-	2	-	2
Total Ativo	581.678	4.413	-	586.091
Passivo				
Operações de câmbio - VJR	-	4	-	4
Total Passivo	-	4	-	4

5c. Mensuração dos ativos e passivos ao custo amortizado

	06.2025
Ativo	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC)	109.775
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(2.086)
Total ativo	107.689
Passivo	
Obrigação por empréstimo e repasse	109.639
Total passivo	109.639

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a distribuição dos instrumentos financeiros por classe e estágio são assim apresentados:

Ativos financeiros associados ao risco de crédito	06.2025
Ao custo amortizado	Estágio 1
Adiantamento de contrato de câmbio	2.086
Total de ativo ao custo amortizado	2.086

5d. Resultado da intermediação financeira

	06.2025
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	275
Receita de aplicações voluntárias no Banco Central	10.949
Letra financeira do tesouro - LFT	33.306
Letras financeiras - LF	1.096
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimentos	268
Lucro na venda de ações de companhias abertas	994
Despesas com repasses e empréstimos	(562)
Receita adiantamento contrato de cambio	646
Operações de cambio	(4)
Total	46.968

6 Arrendamentos

O Banco é arrendatário em contratos (que incluem cláusula de reajuste) de locação de imóveis para uso em suas operações.

O saldo reconhecido no balanço patrimonial referente aos arrendamentos existentes são:

	<u>06.2025</u>
Direito de uso de ativos arrendados	8.534
Passivo de arrendamento	(8.949)

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

	<u>06.2025</u>
Despesa de Amortização	(1.265)
Despesas de Juros	(613)

A movimentação do passivo de arrendamento no semestre foi a seguinte:

	<u>06.2025</u>
Saldo inicial	-
Adições	9.801
Pagamento	(1.465)
Juros	613
Saldo em 30/06/25	<u>8.949</u>

Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

	<u>06.2025</u>		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Aluguel de imóveis	4.329	5.596	1.632
Total	4.329	5.596	1.632

7 Ativo permanente

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação/amortização dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais mencionadas nesta Nota Explicativa, a qual leva em consideração o tempo de vida útil estimado com os respectivos valores residuais, que foram considerados imateriais.

	Instalações	Móveis e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Equipamento de comunicação e segurança	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total Imobilizado	Intangível software	Arrendamento Aluguel de Imóvel	Total
Custo											
Custo em 31/12/2024	98	33	635	359	661	78	844	2.708	6.670	-	9.378
Adições	-	-	188	-	3.171	446	6.220	10.025	11.138	9.799	30.962
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Custo	98	33	823	359	3.832	524	7.064	12.733	17.808	9.799	40.340
Depreciação acumulada											
Depreciação em 31/12/2024	(37)	(30)	(88)	(157)	(257)	(73)	(30)	(672)	(18)	-	(690)
Adições	(6)	-	(31)	(36)	(93)	(24)	(336)	(526)	(624)	(1.265)	(2.415)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Depreciação	(43)	(30)	(119)	(193)	(350)	(97)	(366)	(1.198)	(642)	(1.265)	(3.105)
Total do Ativo Permanente	55	3	704	166	3.482	427	6.698	11.535	17.166	8.534	37.235

8 Outros ativos e passivos

Ativo	06.2025
Imposto de renda e contribuição social a compensar	80
Imposto de renda a recuperar	2.985
Despesas antecipadas	3.593
Adiantamento e antecipações salariais	2.488
Outros	96
Total	9.242

Passivo	06.2025
Fornecedores	3.209
Dividendos a pagar	206
Encargos Sociais	9.928
Outros passivos	908
Provisão de bônus a pagar	-
Proventos	10.286
Total	24.537

9 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2025, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 865.616.882 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A o acionista que corresponde a 99,99% das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de janeiro de 2025, foi aprovado o aumento de capital do Banco de R\$ 56.229 para R\$602.151 um aumento, portanto de 545.922.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril foi aprovado aumento de capital do Banco de R\$ 602.151 para 1.084.892, um aumento, portanto de R\$482.741.

Em ofício datado em 13 de junho de 2025, o Banco Central aprovou os aumentos de capital deliberado nas Assembleias mencionadas acima.

b. Destinação do lucro

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício de acordo com o Estatuto Social, até o limite de 20% do capital social definido pela legislação societária. Em 30 de junho de 2025 não houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, devido a empresa apresentar prejuízo.

10 Provisões e passivos contingentes

10a. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2025, não havia ativos contingentes registrados.

10b. Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2025, o Banco é parte em processos de natureza tributária e cível, os quais, com base na avaliação de assessores jurídicos externos, foram classificados como de perda possível ou remota. Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e com a Resolução CMN nº 3.823/2009, tais processos não foram objeto de constituição de provisão contábil.

Na presente data, o Banco não possui processos classificados como de perda provável.

Em 30 de junho os principais processos em andamento – 30/06/2025

Tipo de Ação	Natureza	Grau de Risco	Andamento Processual	Valor (Em Reais)
Embargos de Declaração	Tributária	Possível	Em 09/06/2025, a parte autora apresentou documentação parcial solicitada pelo Perito Judicial, requerendo prorrogação de prazo para juntada dos demais documentos. Autos aguardam conclusão.	295.042

A Administração acompanha permanentemente o andamento dos processos e eventuais impactos de mudanças legislativas, ajustando as demonstrações financeiras sempre que houver alteração relevante na avaliação de risco.

11 Imposto de renda e contribuição social

11a. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Instituição apresentou prejuízo fiscal de R\$ 19.557 mil e base negativa de CSLL de R\$ 20.735 mil, não havendo constituição de despesa corrente de IRPJ e CSLL.

A reconciliação entre o resultado contábil e a despesa fiscal esperada, considerando a alíquota nominal combinada de 45%, é apresentada a seguir:

A reconciliação entre o resultado contábil antes da tributação e a despesa de IRPJ/CSLL é apresentada a seguir:

	06.2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(14.228)
Alíquota nominal combinada (45%)	(6.403)
Efeito dos itens que afetam a expectativa de despesa	
- Diferenças permanentes (remuneração dirigentes, contribuições associativas, outras)	-
- Incentivos fiscais (PAT e outros)	-
- Outras exclusões/adições permanentes	-
Total de diferenças permanentes	-
Despesa de IRPJ e CSLL esperada	(6.403)
Não constituição de despesa corrente, em virtude de prejuízo fiscal	6.403
Despesa de IRPJ e CSLL registrada	-

11b. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Créditos Tributários Reconhecidos

Em 30 de junho de 2025, foram reconhecidos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 46, relacionados exclusivamente a variações de valor justo de títulos registrados diretamente no patrimônio líquido.

	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ (25%)	CSLL (20%)	Total
Letra Financeira do Tesouro					
Ajuste a valor de mercado	(103)	(103)	26	20	46
Total	(103)	(103)	26	20	46

A realização desses ativos fiscais está vinculada à alienação dos títulos, o que poderá ocorrer conforme conveniência de gestão.

Não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL ou diferenças temporárias, em razão de ausência de evidência objetiva de sua realização futura, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Créditos Tributários Não Reconhecidos em 30/06/2025

Categoria	Base	Crédito IRPJ/CSLL
Provisão de bônus	5.351	2.408
Provisões diversas	2.282	1.027
Perda Esperada (ECL)	2.086	939

Prejuízo fiscal IRPJ – Anos Anteriores	26.615	6.654
Base negativa CSLL – Anos Anteriores	28.547	5.709
Prejuízo fiscal IRPJ – 06/2025	19.557	4.889
Base negativa CSLL – 06/2025	20.735	4.147
Prejuízo Fiscal e Base negativa CSLL	105.173	25.773

A Administração revisará periodicamente suas projeções de resultado tributável, podendo reconhecer créditos fiscais diferidos em períodos futuros, caso as condições exigidas sejam atendidas.

11c. Alterações Legislativas – Dedutibilidade de Créditos Inadimplidos (Lei 14.467/22 e 15.078/24)

A Lei nº 14.467/2022 e a 15.078/2024, introduziram novas regras específicas para a dedutibilidade fiscal das perdas com créditos inadimplidos pelas instituições financeiras, com início de vigência em 1º de janeiro de 2025.

Nos termos da nova legislação, as perdas incorridas até 31 de dezembro de 2024 (estoque) poderão ser deduzidas a partir de janeiro de 2026, em parcelas mensais de 1/84 ou 1/120 avos, conforme o caso.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco não possuía saldo de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) constituído. Dessa forma, não haverá saldo de estoque a ser amortizado nos termos da Lei nº 15.078/2024.

No primeiro semestre de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída conforme a Metodologia Simplificada prevista na Resolução CMN nº 4.966/2021, considerando a classificação do Banco no Segmento S4.

11d. Governança Tributária

A política tributária do Banco está alinhada às diretrizes globais do Grupo BBVA e fundamenta-se nos princípios de conformidade regulatória, transparência e responsabilidade corporativa.

A Administração adota postura conservadora e aderente à legislação aplicável, abstendo-se de práticas agressivas de planejamento tributário que possam comprometer a reputação ou a sustentabilidade da Instituição. Todas as decisões relevantes em matéria tributária são submetidas a instâncias de governança específicas e ao acompanhamento da área de Compliance, garantindo avaliação técnica, jurídica e de riscos associados.

O Banco assegura que sua gestão fiscal:

Cumpr integralmente a legislação tributária vigente em todas as jurisdições em que atua;

Promove transparência na apuração e divulgação dos encargos fiscais;

Mantém controles internos adequados para identificar, monitorar e mitigar riscos tributários;

Assegura alinhamento com as práticas globais do Grupo BBVA, observando também a autonomia regulatória local;

Essa estrutura de governança fiscal reforça o compromisso do Banco com a integridade e a sustentabilidade de suas operações, em linha com as melhores práticas do mercado financeiro internacional.

12 Demonstração do Resultado

12a. Despesas com pessoal

	06.2025
Benefícios	3.785
Encargos sociais	9.612
Proventos	24.874
Treinamento	31
Total	38.302

12b. Despesas Administrativas

	06.2025
Despesas de Água, Energia e Gás	16
Despesas de Aluguéis e Condomínios	803
Despesas de Comunicações	279
Despesa Manutenção de Bens	4
Despesas de Material	35
Despesas de Seguros	61
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	293
Despesas de Serviços de Terceiros	144
Despesas de serviços, vigilância e segurança	133
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	6.146
Despesas de Transportes	31
Despesas de amortização e depreciação	-
Outras Despesas Administrativas	246
Despesa de processamento de dados	1.291
Despesa de propaganda/publicidade	13
Despesa de viagem	974
Total	10.469

12c. Despesas Tributárias

	06.2025
COFINS	1.992
PIS	324
IPTU	215
Outros impostos e taxas	1.034
IOF	3.988
Total	7.553

12d. Outras receitas (despesas) operacionais

	06.2025
Variação Selic	151
Outras	101
Juros pagos	(150)
Resultado não recorrente (a)	(92)
Outras despesas não passíveis de dedução fiscal (b)	(545)
Total	(535)

(a) Resultado não recorrente refere-se a despesas relacionadas a perdas operacionais no período.

(b) A rubrica “outras despesas não dedutíveis”, no montante de R\$ 545 mil no semestre findo em 30 de junho de 2025, corresponde, em sua maior parte (R\$ 308), a valores registrados em relatórios de despesas relacionados a administradores/funcionários, que, conforme a legislação fiscal vigente, não são passíveis de dedutibilidade para fins de apuração do lucro tributável.

13 Transações com partes relacionadas

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2025 estão demonstrados abaixo:

	06.2025
Ativo	
Depósito em moeda estrangeira	5
Passivo	
Empréstimo no exterior	109.639

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no semestre findo em 30 de junho de 2025, foi no montante de R\$ 7.594 registrada na rubrica despesas com pessoal.

14 Outras informações

- a. Os ativos foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período.
- b. O resultado de variação cambial, em 30 de junho de 2025, refere-se, basicamente, a operação de adiantamento de contrato de câmbio e empréstimo no exterior, totalizado R\$ 466.

15 Acordo de Basileia (limite operacional)

O Banco Central do Brasil, através da Resolução BCB 200 de 11 de março de 2022, institui a apuração do patrimônio de referência (PR), de capital principal e do patrimônio de referência mínimo para os ativos ponderados por risco (RWA).

O índice de Basileia para 30 de junho de 2025 foi de 489,20%.

	<u>06.2025</u>
Capital Total (PR)	1.076
Capital Principal (CET1)	1.076
Capital Social	1.084
Lucros ou prejuízos acumulados	9
Ajustes Prudenciais	(17)
Capital adicional de nível I (AT1)	-
Capital de nível I (AT2)	-
RWA	220
Risco de crédito	154
Risco de Mercado	37
Risco Operacional	29
Índice de capital principal	489,20%
Índice de capital de nível 1	489,20%
Índice de capital total (índice de basileia)	489,20%

16 Gerenciamento de riscos

Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor:

16a. Gerenciamento da estrutura de capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o BBVA Brasil mantém uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a sua classificação como instituição do segmento S4, com a natureza de suas operações e com a dimensão dos riscos aos quais está exposto. A estrutura tem por objetivo assegurar que o Banco preserve, em bases prospectivas e contínuas, níveis adequados de capital para o desenvolvimento regular de suas atividades e para a absorção de perdas inesperadas. O gerenciamento de capital está alinhado ao planejamento estratégico e orçamentário da instituição, bem como ao apetite por risco definido localmente, considerando as diretrizes do grupo BBVA e às exigências regulatórias locais.

16b. Risco operacional

O risco operacional materializa-se em perdas decorrentes de: erro humano; processos internos inadequados; conduta imprópria em relação a clientes, mercados ou à própria instituição; fragilidades nos programas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; falhas, interrupções ou deficiências em sistemas ou comunicações; roubo, perda ou uso indevido de informações e deterioração de sua qualidade; fraude interna ou externa incluindo, em todos os casos, fraude resultante de ataques cibernéticos; roubo ou dano físico a bens ou pessoas; riscos jurídicos, riscos decorrentes da gestão da força

de trabalho e da saúde ocupacional e atendimento inadequado dos fornecedores; bem como danos decorrentes de eventos climáticos extremos, pandemias e outros desastres naturais.

O risco operacional é gerido pela Unidade de Riscos Não Financeiros Brasil (NFR Brasil, na sigla em inglês), cuja estrutura está em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 4.557/17, melhores práticas de mercado e diretrizes globais do Grupo BBVA.

O modelo de governança de risco operacional no BBVA Brasil fundamenta-se no modelo de controle interno das três linhas de defesa:

Primeira linha de defesa: composta pelas Áreas de Negócio e Suporte, responsáveis pela gestão do risco operacional relacionado aos seus produtos, atividades, processos e sistemas.

Segunda linha de defesa: Unidades de risco não financeiro, corporativas e locais, responsáveis por desenhar e manter o modelo de gestão de risco operacional do Grupo, e avaliar o grau de aplicação nas diversas Áreas.

Terceira linha de defesa: desempenhada pela Auditoria Interna do BBVA, que realiza revisões independentes do modelo de controle, verificando o cumprimento e a eficácia das políticas corporativas estabelecidas.

O gerenciamento do risco operacional no BBVA Brasil é realizado de forma integrada à rotina das áreas operacionais e de controle, com foco na prevenção de falhas e na melhoria contínua dos processos.

16c. Risco de mercado

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo: i) o risco da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos principalmente por meio de métricas quantitativas como Value at Risk (VaR) e análise de sensibilidades, em conformidade com a Resolução BCB nº 4.557/2017 e as diretrizes do Grupo BBVA. A área de Risco de Mercado atua de forma independente de modo a garantir um perfil de risco consistente com o apetite de risco estabelecido pela instituição.

IRRBB (Risco de taxas de juros da carteira bancária): risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. É monitorado principalmente por meio das métricas de impacto no valor econômico do capital e impacto nos resultados financeiros da instituição, além da avaliação das perdas e ganhos embutidos. A área de Risco de Mercado tem papel ativo no controle das métricas do IRRBB em conformidade com a Resolução BCB nº 4.557/2017 e as diretrizes do Grupo BBVA.

16d. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BBVA Brasil segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.557/2017, sendo proporcional à sua classificação como instituição do segmento S4. O processo de gestão busca assegurar que o Banco mantenha níveis suficientes de ativos líquidos de alta qualidade (High Quality Liquid Assets – HQLA), capazes de suportar saídas de recursos mesmo em cenários adversos, garantindo o cumprimento de obrigações financeiras nos prazos acordados. O banco tem estabelecida uma política de liquidez, revisada periodicamente, e contempla limites internos, planos de contingência e projeções de fluxos de caixa sob diferentes horizontes e premissas. A gestão local está alinhada às práticas e políticas do grupo BBVA, observando a autonomia regulatória brasileira e a integração com o processo global de governança de riscos.

16e. Risco de crédito

O Risco de Crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da

contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) reestruturação de instrumentos financeiros; iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos; vi) desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas; vii) não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança.

O BBVA Brasil conta com uma Política de Gerenciamento de Risco de Crédito que determina princípios e práticas para a concessão, monitoramento e recuperação de crédito, garantindo que a exposição ao risco de crédito seja compatível com o apetite ao risco da instituição e em conformidade com a Resolução CMN no 4.557/2017 e demais normativos aplicáveis. O cumprimento desta política é de responsabilidade de todas as áreas envolvidas no processo de concessão e gestão do risco de crédito, garantindo transparência e aderência às melhores práticas do setor.

17 **Eventos subsequentes**

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.